

# (Provisório)

## SUMÁRIO

<b>NOTA À 17.ª EDIÇÃO</b> .....	9
<b>LISTA DE ABREVIATURAS</b> .....	37
<b>1. NOÇÕES INTRODUTÓRIAS</b> .....	43
1.1 O Direito Tributário como Ramo do Direito Público.....	44
1.2 Atividade Financeira do Estado.....	46
1.3 Definição de Tributo.....	51
1.3.1 Prestação pecuniária, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir.....	51
1.3.2 Prestação compulsória.....	54
1.3.3 Prestação que não constitui sanção de ato ilícito.....	55
1.3.4 Prestação instituída em lei.....	57
1.3.5 Prestação cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.....	57
1.3.6 Destinação legal do produto da arrecadação de tributos.....	59
1.4 Os Tributos em Espécies.....	60
1.4.1 A determinação da natureza jurídica específica do tributo.....	61
1.4.2 Os impostos.....	65
1.4.2.1 A criação dos impostos.....	67
1.4.2.2 Os impostos e o princípio da capacidade contributiva.....	68
1.4.3 As taxas.....	70
1.4.3.1 Taxas de polícia.....	70
1.4.3.2 Taxas de serviço.....	72
1.4.3.2.1 Serviços públicos específicos e divisíveis.....	73

	1.4.3.2	Utilização efetiva ou potencial de serviços públicos.....	77
	1.4.3.3	A base de cálculo das taxas.....	79
	1.4.3.4	Taxas e preços públicos – Notas distintivas.....	84
1.4.4		As contribuições de melhoria.....	87
	1.4.4.1	Requisitos para instituição e cobrança.....	90
	1.4.4.2	O cálculo da contribuição de melhoria.....	91
1.4.5		Os empréstimos compulsórios.....	93
	1.4.5.1	Competência, casos e forma de instituição.....	95
	1.4.5.2	Destinação da arrecadação.....	97
	1.4.5.3	Restituição.....	97
1.4.6		As contribuições especiais.....	98
	1.4.6.1	Contribuições sociais.....	103
	1.4.6.1.1	Contribuições de seguridade social.....	103
	1.4.6.1.2	Outras contribuições sociais.....	107
	1.4.6.1.3	Contribuições sociais gerais.....	109
	1.4.6.1.3.1	A contribuição para o salário-educação.....	109
	1.4.6.1.3.2	As contribuições criadas pela Lei Complementar nº 110/2001.....	110
	1.4.6.1.3.3	As contribuições para os serviços sociais autônomos.....	112
	1.4.6.2	Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE.....	116
	1.4.6.3	Contribuições de interesse das categorias profissionais ou econômicas – Contribuições corporativas.....	119
	1.4.6.3.1	Contribuições corporativas para o custeio das entidades de fiscalização do exercício de profissões regulamentadas.....	120
	1.4.6.3.2	Contribuição sindical.....	123
	1.4.6.4	Contribuição para os Serviços de Iluminação Pública e Monitoramento dos Logradouros Públicos – COSIMP.....	125
	1.4.6.5	Contribuição sobre Produtos Primários e Semielaborados – CPPS.....	130
1.5		Classificações Doutrinárias dos Tributos.....	133

1.5.1	Quanto à discriminação das rendas por competência: federais, estaduais ou municipais.....	134
1.5.2	Quanto ao exercício da competência impositiva: privativos, comuns e residuais.....	134
1.5.3	Quanto à finalidade: fiscais, extrafiscais e parafiscais .....	134
1.5.4	Quanto à hipótese de incidência: vinculados e não vinculados.....	135
1.5.5	Quanto ao destino da arrecadação: de arrecadação vinculada e de arrecadação não vinculada.....	136
1.5.6	Quanto à possibilidade de repercussão do encargo econômico-financeiro: diretos e indiretos.....	137
1.5.7	Quanto aos aspectos objetivos e subjetivos da hipótese de incidência: reais e pessoais .....	138
1.5.8	Quanto às bases econômicas de incidência – A classificação do CTN .....	138
<b>2.</b>	<b>LIMITAÇÕES CONSTITUCIONAIS AO PODER DE TRIBUTAR.....</b>	<b>141</b>
2.1	A Relação Tributária como Relação Jurídica.....	142
2.2	As Garantias como Rol Não Exaustivo.....	143
2.3	Quando as Garantias Configuram Cláusulas Pétreas.....	143
2.3.1	As limitações que constituem garantias individuais do contribuinte .....	143
2.3.2	As limitações que constituem proteção a outras cláusulas pétreas .....	144
2.4	Princípios ou Regras? .....	146
2.5	A Legalidade .....	147
2.5.1	Demais matérias sujeitas à reserva legal.....	147
2.5.2	Exceções ao princípio .....	148
2.5.3	Legalidade e delegação legislativa.....	153
2.5.4	Legalidade e medida provisória .....	157
2.6	Princípio da Isonomia.....	159
2.6.1	Acepções do princípio .....	159
2.6.2	A isonomia tributária na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal .....	160
2.6.2.1	Percepção cumulativa de valores – Discriminação entre quem recebe rendimentos no momento adequado e quem os recebe em atraso .....	161

2.6.2.2	A contribuição previdenciária dos servidores inativos – Discriminação de servidores de diferentes esferas.....	163
2.6.2.3	Discriminação com base na função ou ocupação exercida .....	164
2.6.2.4	Discriminação entre as empresas lucrativas e deficitárias .....	164
2.6.2.5	O Simples – Discriminação entre empresas com base na atividade exercida.....	165
2.6.2.6	Discriminação na concessão de parcelamento de débitos referentes à COFINS .....	166
2.6.2.7	Contribuições para o PIS/PASEP – Discriminação entre empresas privadas e empresas estatais (empresas públicas e sociedades de economia mista).....	168
2.6.2.8	Lei de Repatriação – Discriminação entre os detentores de cargos públicos e eletivos e as demais pessoas .....	169
2.6.3	Isonomia e capacidade contributiva .....	170
2.6.3.1	A progressividade nos impostos reais.....	171
2.6.3.2	A concretização do princípio da capacidade contributiva em face dos direitos individuais do contribuinte	174
2.7	O princípio da não surpresa.....	177
2.7.1	Princípio da irretroatividade.....	179
2.7.1.1	Irretroatividade e CSLL .....	181
2.7.1.2	Irretroatividade e IR.....	182
2.7.1.3	Inexistência de exceções ao princípio da irretroatividade ..	185
2.7.2	Princípio da anterioridade do exercício financeiro.....	186
2.7.2.1	Exceções à anterioridade do exercício financeiro.....	187
2.7.2.2	Anterioridade e revogação de benefícios fiscais.....	189
2.7.2.3	Anterioridade e medidas provisórias.....	191
2.7.3	Princípio da anterioridade nonagesimal ou noventena .....	191
2.7.3.1	Noventena e medidas provisórias.....	194
2.7.3.2	Exceções à noventena.....	196
2.8	Princípio do Não confisco .....	198
2.8.1	A configuração do efeito confiscatório.....	198
2.8.2	Perspectivas dinâmica e estática da tributação do patrimônio.....	201

2.8.3	Pena de perdimento e confisco.....	203
2.8.4	Taxas e princípio do não confisco.....	203
2.8.5	Multas e princípio do não confisco.....	204
2.9	Princípio da Liberdade de Tráfego.....	206
2.10	Vedações Específicas à União – a Proteção ao Pacto Federativo.....	209
2.10.1	O princípio da uniformidade geográfica da tributação .....	209
2.10.2	Princípio da uniformidade da tributação da renda – Vedação à utilização do IR como instrumento de concorrência desleal.....	211
2.10.3	Princípio da vedação às isenções heterônomas.....	212
2.10.3.1	Isenções heterônomas constitucionalmente permitidas.....	213
2.10.3.2	O caso da isenção decorrente de tratado internacional.....	213
2.11	Princípio da Não discriminação Baseada em Procedência ou Destino.....	217
2.12	o princípio da indisponibilidade do interesse público e a Concessão de Benefícios Fiscais .....	218
2.12.1	Exigência de lei específica para a concessão de benefícios fiscais.....	219
2.12.2	Concessão de benefícios fiscais relativos ao ICMS .....	222
2.13	Princípio da simplicidade.....	230
2.14	Princípio da transparência.....	231
2.15	Princípio da justiça tributária.....	233
2.16	Princípio da cooperação.....	234
2.17	Princípio da defesa do meio ambiente .....	236
2.18	Imunidades.....	238
2.18.1	Diferenciação de institutos assemelhados.....	238
2.18.2	Imunidades e isenções.....	239
2.18.3	Classificações doutrinárias das imunidades tributárias.....	243
2.18.3.1	Quanto ao parâmetro para concessão: imunidades subjetivas, objetivas e mistas.....	243
2.18.3.2	Quanto à origem: ontológicas e políticas.....	244
2.18.3.3	Quanto ao alcance: gerais e específicas.....	245
2.18.3.4	Quanto à forma de previsão: explícitas e implícitas.....	245
2.18.3.5	Quanto à necessidade de regulamentação: incondicionadas e condicionadas.....	246

2.18.4	As imunidades tributárias em espécie.....	247
2.18.4.1	A imunidade tributária recíproca.....	247
2.18.4.1.1	Extensão da imunidade recíproca a empresas públicas e sociedades de economia mista .....	248
2.18.4.1.2	A imunidade recíproca em face da exploração de atividade econômica.....	252
2.18.4.1.3	A imunidade recíproca e os casos de arrendamento e cessão de uso de bem público .....	258
2.18.4.1.4	A imunidade recíproca e a Ordem dos Advogados do Brasil.....	261
2.18.4.1.5	Preocupação constitucional de coibir a elisão fiscal.....	263
2.18.4.1.6	A imunidade dos Estados estrangeiros.....	263
2.18.4.1.7	Outras decisões do Supremo Tribunal Federal .....	264
2.18.4.2	A imunidade tributária religiosa .....	265
2.18.4.3	A imunidade tributária dos partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades educacionais e assistenciais sem fins lucrativos .....	269
2.18.4.3.1	Vinculação do patrimônio, da renda e dos serviços dos entes imunes às suas finalidades essenciais.....	271
2.18.4.3.2	Regulamentação legal da imunidade .....	274
2.18.4.3.3	Possibilidade de entidade religiosa gozar da imunidade das entidades assistenciais.....	277
2.18.4.3.4	A imunidade e as entidades fechadas de previdência social privada.....	279
2.18.4.4	A imunidade tributária cultural.....	281
2.18.4.5	Imunidade tributária da música nacional.....	286
2.18.4.5.1	Detalhamento do objeto da imunidade .....	287
2.18.4.5.2	Tributos abrangidos .....	288
2.18.5	Demais imunidades previstas na CF/1988.....	289
<b>3.</b>	<b>COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA &amp; LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA .....</b>	<b>291</b>

3.1	Competência para Legislar sobre Direito Tributário e Competência Tributária – Diferenças.....	292
3.1.1	Competência para legislar sobre Direito Tributário.....	292
3.1.1.1	O Código Tributário Nacional como norma geral em matéria tributária – Teoria da recepção .....	294
3.1.1.2	A regulação das limitações constitucionais ao poder de tributar.....	296
3.1.1.3	As disposições sobre conflitos de competência.....	297
3.1.2	Competência tributária .....	299
3.1.3	Repartição da competência tributária.....	302
3.1.3.1	Competência tributária privativa.....	303
3.1.3.2	Competência tributária compartilhada.....	305
3.1.3.3	Competência tributária comum.....	306
3.1.3.4	Competência tributária cumulativa .....	309
3.1.3.5	Bitributação e <i>bis in idem</i> .....	310
	3.1.3.5.1 <i>Bis in idem</i> .....	310
	3.1.3.5.2 Bitributação .....	311
3.2	Legislação Tributária.....	314
3.2.1	Leis.....	316
3.2.1.1	Leis em sentido estrito.....	316
3.2.1.2	Medidas provisórias .....	318
3.2.1.3	Leis delegadas .....	318
3.2.1.4	Resoluções do Senado Federal .....	318
	Alíquotas internas dos Estados-membros (fixação facultativa):.....	320
	Alíquotas interestaduais e de exportação* (fixação obrigatória):.....	320
3.2.1.5	Decretos legislativos .....	320
3.2.1.6	Decretos-leis.....	320
3.2.2	Tratados e convenções internacionais.....	320
3.2.2.1	Impacto do tratado internacional sobre o direito interno .....	321
3.2.2.2	Tratados internacionais e a legislação tributária super-veniente – A visão do STF .....	323

3.2.2.3	Tratados normativos e contratuais e a legislação tributária superveniente – A visão do STJ.....	324
3.2.2.4	Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT).....	325
3.2.3	Decretos.....	327
3.2.4	Normas complementares.....	327
3.2.4.1	Atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas.....	328
3.2.4.2	Decisões dos órgãos coletivos e singulares de jurisdição administrativa a que a lei atribua eficácia normativa.....	328
3.2.4.3	Práticas reiteradamente observadas pelas autoridades administrativas.....	330
3.2.4.4	Convênios que entre si venham a celebrar a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.....	331
3.3	Vigência e Aplicação da Legislação Tributária.....	332
3.3.1	Validade, vigência e eficácia – noções gerais.....	332
3.3.2	Vigência da legislação tributária no CTN.....	335
3.3.2.1	Vigência espacial.....	336
3.3.2.1.1	A extraterritorialidade prevista em convênio de cooperação.....	337
3.3.2.1.2	A extraterritorialidade prevista em norma geral nacional.....	338
3.3.2.2	Vigência temporal.....	339
3.3.2.3	O art. 104 do CTN e o princípio da anterioridade.....	341
3.3.3	Aplicação da legislação tributária.....	342
3.3.3.1	Princípio da irretroatividade no CTN.....	342
3.3.3.2	Exceções legais ao princípio da irretroatividade.....	344
3.3.3.2.1	Lei expressamente interpretativa.....	345
3.3.3.2.2	Lei mais benéfica acerca de infrações e penalidades.....	349
<b>4.</b>	<b>INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA.....</b>	<b>353</b>
4.1	Noções Gerais de Interpretação.....	353
4.2	Critérios de Interpretação.....	354
4.2.1	Interpretação quanto à fonte.....	355

4.2.2	Interpretação quanto aos efeitos ou resultados.....	356
4.3	Interpretação da Legislação Tributária no Código Tributário Nacional.....	357
4.3.1	A interpretação necessariamente literal de determinados institutos.....	358
4.3.2	A interpretação benigna em matéria de infrações.....	362
4.3.3	Princípios de Direito Privado e princípios de Direito Público.....	364
4.4	O Princípio do <i>Pecunia Non Olet</i> .....	368
4.5	Integração da Legislação Tributária.....	369
4.5.1	Técnicas de integração.....	370
4.5.2	Discricionariedade interpretativa e limitações ao uso das técnicas de integração.....	372
<b>5.</b>	<b>OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA.....</b>	<b>375</b>
5.1	Considerações Iniciais.....	375
5.2	Obrigação Tributária Principal.....	377
5.3	Obrigação Tributária Acessória.....	378
5.3.1	Conceito, objeto e características.....	378
5.3.2	Estatuto Nacional de Simplificação de Obrigações Tributárias Acessórias.....	380
5.4	Teoria do Fato Gerador.....	384
5.4.1	Fato gerador da obrigação principal.....	387
5.4.2	Fato gerador da obrigação acessória.....	387
5.4.3	Fato gerador e princípio da legalidade.....	388
5.4.4	O momento da ocorrência do fato gerador.....	391
5.4.4.1	Fato gerador definido com base em situação de fato....	392
5.4.4.2	Fato gerador definido com base em situação jurídica....	392
5.4.4.3	As situações jurídicas condicionadas.....	393
5.5	Elementos Subjetivos da Obrigação Tributária.....	394
5.5.1	Sujeito ativo da obrigação tributária.....	395
5.5.2	Sujeito passivo da obrigação tributária.....	399
5.5.3	Solidariedade.....	403
5.5.3.1	Tipos de solidariedade.....	404

5.5.3.2	Características da solidariedade.....	406
5.5.4	Capacidade tributária passiva.....	409
5.6	Domicílio Tributário.....	411
<b>6.</b>	<b>RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA.....</b>	<b>417</b>
6.1	Considerações iniciais.....	417
6.2	Modalidades de Responsabilidade.....	419
6.3	Responsabilidade por Transferência.....	421
6.4	Responsabilidade por Substituição.....	422
6.4.1	Substituição tributária regressiva.....	422
6.4.2	Substituição tributária progressiva.....	424
6.4.2.1	A constitucionalidade da sistemática da substituição progressiva.....	426
6.4.2.2	A questão da restituição.....	429
6.4.3	Substituição tributária concomitante.....	433
6.5	Disciplina Legal da Responsabilidade por Sucessão.....	433
6.5.1	A responsabilidade do adquirente de bens imóveis.....	434
6.5.1.1	A apresentação de certidão negativa.....	436
6.5.1.2	A arrematação em hasta pública.....	437
6.5.1.3	A aquisição originária de propriedade.....	438
6.5.2	A responsabilidade do adquirente ou remetente de bens móveis.....	438
6.5.3	A responsabilidade na sucessão causa mortis.....	440
6.5.4	A responsabilidade na sucessão empresarial.....	445
6.5.4.1	A responsabilidade na fusão, incorporação, transformação, cisão e extinção de pessoas jurídicas.....	446
6.5.4.2	Os casos de extinção da sociedade.....	449
6.5.4.3	A responsabilidade do adquirente de fundo de comércio ou estabelecimento.....	450
6.6	Responsabilidade de terceiros.....	455
6.6.1	Responsabilidade de terceiros decorrentes de atuação regular.....	455
6.6.2	Responsabilidade de terceiros decorrentes de atuação irregular.....	459
6.6.3	Responsabilidade de terceiros e incidente de desconsideração da personalidade jurídica.....	467

6.7	Responsabilidade por Infrações.....	468
6.7.1	Responsabilidade pessoal do agente .....	473
6.7.2	Denúncia espontânea de infrações .....	476
<b>7.</b>	<b>CRÉDITO TRIBUTÁRIO E LANÇAMENTO .....</b>	<b>483</b>
7.1	Crédito Tributário e Lançamento.....	483
7.1.1	Competência para lançar .....	486
7.1.2	Lançamento como atividade vinculada.....	488
7.1.3	Legislação material e formal aplicável ao procedimento de lançamento.....	489
7.1.4	Taxa de câmbio aplicável ao procedimento de lançamento .....	492
7.1.5	Alteração do lançamento regularmente notificado.....	493
7.1.5.1	Impugnação pelo sujeito passivo.....	493
7.1.5.2	Recurso de ofício e recurso voluntário.....	494
7.1.5.3	Iniciativa de ofício da autoridade administrativa .....	495
7.1.6	Erro de direito e erro de fato – Possibilidade de alteração do lançamento.....	496
7.2	Modalidades de Lançamento.....	498
7.2.1	Lançamento de ofício ou direto .....	499
7.2.2	Lançamento por declaração ou misto.....	501
7.2.2.1	Retificação de declaração .....	504
7.2.2.2	Lançamento por arbitramento.....	505
7.2.3	Lançamento por homologação ou “autolançamento” .....	507
7.2.4	Modalidades de lançamento e autonomia.....	510
<b>8.</b>	<b>SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO .....</b>	<b>511</b>
8.1	Considerações Iniciais.....	511
8.2	Depósito do Montante Integral.....	514
8.3	Reclamações e Recursos no Processo Administrativo Fiscal.....	517
8.4	Liminar em Mandado de Segurança.....	521
8.5	Liminar ou Tutela Antecipada em outras Espécies de Ação Judicial.....	523
8.6	Moratória.....	525
8.6.1	Moratória parcelada e parcelamento – Diferenciação.....	527

8.6.2	Créditos abrangidos pela moratória .....	529
8.6.3	Moratória individual e direito adquirido.....	529
8.7	Parcelamento .....	532
<b>9.</b>	<b>EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO.....</b>	<b>537</b>
9.1	Considerações Iniciais.....	537
9.1.1	Pagamento.....	541
9.1.1.1	Cumulatividade das multas.....	541
9.1.1.2	Pagamento e presunções civilistas.....	542
9.1.1.3	Local e prazo para pagamento.....	543
9.1.1.4	Efeitos da mora em Direito Tributário.....	544
9.1.1.4.1	Juros de mora, multa de mora e correção monetária – diferenças.....	544
9.1.1.4.2	Termo inicial da fluência de juros e da multa de mora .....	545
9.1.1.4.3	Processo administrativo de consulta .....	546
9.1.1.5	Forma de pagamento.....	546
9.1.1.6	Imputação em pagamento.....	548
9.1.1.7	Pagamento indevido e repetição de indébito.....	550
9.1.1.7.1	Restituição de tributo indireto .....	551
9.1.1.7.2	Restituição de tributo direto pago em virtude de obrigação contratual.....	556
9.1.1.7.3	Restituição de juros e multas.....	557
9.1.1.7.4	Termo inicial da fluência de juros e correção monetária na restituição.....	558
9.1.1.7.5	Prazo para pleitear restituição no âmbito administrativo.....	564
9.1.1.7.6	Prazo na extinção não contenciosa do crédito.....	565
9.1.1.7.7	Prazo na extinção contenciosa do crédito....	567
9.1.1.7.8	Prazo para pleitear a restituição no âmbito judicial.....	569
9.1.2	Compensação .....	572
9.1.3	Transação.....	581

9.1.4	Remissão.....	582
9.1.5	Decadência.....	584
9.1.5.1	Regra geral.....	588
9.1.5.2	Regra da antecipação de contagem.....	589
9.1.5.3	Regra da anulação de lançamento por vício formal.....	589
9.1.5.4	Regra do lançamento por homologação.....	592
9.1.5.4.1	A tese dos “cinco mais cinco”.....	594
9.1.5.4.2	O entendimento atual do Superior Tribunal de Justiça.....	596
9.1.5.4.3	O prazo decadencial e as contribuições para a Seguridade Social.....	598
9.1.6	Prescrição.....	600
9.1.6.1	Interrupção do prazo prescricional.....	604
9.1.6.1.1	O despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal.....	604
9.1.6.1.2	O protesto judicial e a constituição em mora.....	606
9.1.6.1.3	A confissão de dívida.....	606
9.1.6.2	Suspensão do prazo prescricional.....	608
9.1.7	Conversão do depósito em renda.....	613
9.1.8	Pagamento antecipado e a homologação do lançamento.....	614
9.1.9	Consignação em pagamento julgada pela procedência.....	614
9.1.10	Decisão administrativa irreformável.....	617
9.1.11	Decisão judicial passada em julgado.....	618
9.1.12	Dação em pagamento em bens imóveis.....	621
<b>10.</b>	<b>EXCLUSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO.....</b>	<b>623</b>
10.1	Considerações Iniciais.....	623
10.1.1	Isenção.....	624
10.1.2	Anistia.....	629
<b>11.</b>	<b>GARANTIAS E PRIVILÉGIOS DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO.....</b>	<b>633</b>
11.1	A Questão Terminológica.....	633

11.2	As Garantias como Rol Não Exaustivo.....	634
11.2.1	Renda e patrimônio do sujeito passivo respondendo pelo crédito tributário.....	635
11.2.2	Presunção de fraude na alienação ou oneração de bens ou rendas.....	638
11.2.3	A “penhora on-line”.....	640
11.2.4	Exigência de prova da quitação de tributos – As garantias indiretas.....	643
11.3	Os Privilégios.....	646
11.3.1	Regra geral.....	646
11.3.2	Regras aplicáveis aos processos de falência e concordata.....	646
11.3.3	Regras aplicáveis aos processos de inventário e arrolamento .....	650
11.3.4	Regras aplicáveis aos processos de liquidação judicial ou voluntária .....	651
11.3.5	Autonomia do executivo fiscal.....	652
11.3.6	Concurso de preferência entre pessoas jurídicas de Direito Público .....	653
<b>12.</b>	<b>ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA.....</b>	<b>657</b>
12.1	Considerações Iniciais .....	657
12.2	Fiscalização .....	658
12.2.1	Poderes das autoridades fiscais.....	658
12.2.2	Os deveres das autoridades fiscais.....	664
12.2.2.1	O dever de documentar o início do procedimento.....	665
12.2.2.2	O dever de manter sigilo e suas exceções .....	666
12.2.2.2.1	A transferência do sigilo.....	666
12.2.2.2.2	A divulgação das informações.....	668
12.2.2.2.3	A permuta de informações sigilosas entre entes tributantes.....	674
12.3	Dívida Ativa.....	677
12.4	Certidões Negativas .....	681
12.4.1	Certidões positivas com efeitos de negativas .....	682
12.4.2	Dispensa da apresentação de certidão negativa.....	683
12.4.3	Responsabilidade por expedição de certidão com erro.....	684

12.5	A utilização de meios indiretos de cobrança e a vedação às sanções políticas.....	686
<b>13.</b>	<b>IMPOSTOS FEDERAIS .....</b>	<b>691</b>
13.1	Imposto sobre a Importação – II .....	692
13.1.1	Fato gerador .....	692
13.1.2	Base de cálculo.....	696
13.1.3	Contribuintes.....	697
13.1.4	Lançamento.....	698
13.1.5	Regimes aduaneiros especiais e regimes aduaneiros aplicados em áreas especiais .....	698
13.1.6	Visão geral do imposto.....	703
13.2	Imposto de Exportação – IE.....	703
13.2.1	Fato gerador .....	704
13.2.2	Base de cálculo.....	704
13.2.3	Contribuintes.....	705
13.2.4	Lançamento.....	705
13.2.5	Regimes aduaneiros especiais na exportação.....	706
13.2.6	Visão geral do imposto.....	707
13.3	Imposto de Renda – IR.....	707
13.3.1	Princípios constitucionais aplicáveis ao IR.....	708
13.3.2	Fato gerador .....	710
13.3.3	Base de cálculo.....	713
13.3.3.1	Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ.....	713
13.3.3.2	Imposto de Renda das Pessoas Físicas - IRPF.....	714
13.3.4	Contribuintes.....	716
13.3.5	Lançamento.....	716
13.3.6	Visão geral do imposto.....	717
13.4	Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI .....	717
13.4.1	Seletividade .....	718
13.4.2	Não cumulatividade .....	720
13.4.3	Imunidades.....	726

13.4.4	Incentivo na aquisição de bens de capital .....	726
13.4.5	Fato gerador .....	727
13.4.6	Base de cálculo.....	731
13.4.7	Contribuintes.....	731
13.4.8	Lançamento.....	732
13.4.9	Visão geral do imposto.....	732
13.5	Imposto sobre Operações Financeiras – IOF .....	733
13.5.1	IOF sobre o ouro.....	733
13.5.2	Fato gerador .....	735
13.5.3	Base de cálculo.....	736
13.5.4	Contribuintes.....	736
13.5.5	Lançamento.....	736
13.5.6	Visão geral do imposto.....	736
13.6	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR.....	737
13.6.1	Progressividade .....	738
13.6.2	Imunidade das pequenas glebas.....	739
13.6.3	Possibilidade de delegação da fiscalização e cobrança.....	740
13.6.4	Fato gerador .....	740
13.6.5	Base de cálculo.....	742
13.6.6	Contribuintes.....	743
13.6.7	Lançamento.....	743
13.6.8	Visão geral do imposto.....	743
13.7	Imposto sobre Grandes Fortunas – IGF .....	744
13.8	Imposto Seletivo – IS.....	745
18.8.1	O papel da lei complementar .....	746
13.8.2	Legalidade, anterioridade e noventena .....	748
13.8.3	Regramento constitucional .....	749
13.8.3.1	Imunidades.....	749
13.8.3.2	Incidência monofásica .....	750
13.8.3.3	Incidência “por fora” .....	751

13.8.3.4	Autorização para bitributação e <b>bis in idem</b> .....	752
13.8.3.5	Alíquotas específicas ou <i>ad valorem</i> .....	754
13.8.3.6	Incidência sobre a extração de recursos minerais .....	754
<b>14.</b>	<b>IMPOSTOS ESTADUAIS</b> .....	<b>757</b>
14.1	Imposto sobre a Transmissão <i>Causa Mortis</i> e Doação – ITCMD.....	759
14.1.1	A fixação de alíquotas máximas pelo Senado Federal – Vinculação e progressividade.....	759
14.1.2	Definição do Estado (ou Distrito Federal) competente para a cobrança.....	760
14.1.3	Fato gerador .....	763
14.1.4	Base de cálculo .....	764
14.1.5	Contribuintes.....	764
14.1.6	Lançamento.....	765
14.1.7	Doações imunizadas .....	765
14.1.8	Visão geral do imposto.....	767
14.2	Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e prestação de Serviços – ICMS .....	767
14.2.1	O conceito de mercadoria .....	769
14.2.2	Os serviços tributados pelo ICMS .....	772
14.2.2.1	A tributação dos serviços de transporte e suas diversas vias.....	772
14.2.2.2	Serviços de comunicação, serviços de valor adicionado e atividades preparatórias .....	776
14.2.3	Seletividade .....	778
14.2.4	Não cumulatividade .....	779
14.2.5	A fixação das alíquotas interestaduais e de exportação.....	785
14.2.6	O ICMS nas operações interestaduais.....	787
14.2.7	O ICMS nas importações.....	796
14.2.8	ICMS e operações de <i>leasing</i> .....	799
14.2.9	ICMS e as operações de comodato na importação .....	804
14.2.10	A tributação conjunta de mercadorias e serviços.....	804
14.2.11	Imunidades .....	806

14.2.11.1	Exportações.....	806
14.2.11.2	Combustíveis e lubrificantes derivados de petróleo e energia elétrica.....	808
14.2.11.3	Outras imunidades.....	811
14.2.12	ICMS sobre combustíveis e lubrificantes.....	811
14.2.13	Concessão de benefícios fiscais de ICMS.....	814
14.2.14	Fatos geradores.....	814
14.2.15	Bases de cálculo.....	818
14.2.16	Contribuintes.....	819
14.2.17	Lançamento.....	820
14.2.18	Visão geral do imposto.....	820
14.3	Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA.....	821
14.3.1	Disposições constitucionais sobre o IPVA.....	822
14.3.2	Fato gerador, base de cálculo e contribuintes do IPVA.....	824
14.3.3	Lançamento.....	826
14.3.4	Visão geral do imposto.....	826
<b>15.</b>	<b>IMPOSTOS MUNICIPAIS.....</b>	<b>827</b>
15.1	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU.....	828
15.1.1	Progressividade fiscal em razão do valor do imóvel.....	828
15.1.2	Progressividade extrafiscal.....	830
15.1.3	Diferenciação de alíquotas de acordo com o uso e a localização do imóvel.....	831
15.1.4	Fato gerador.....	832
15.1.5	Base de cálculo.....	835
15.1.6	Contribuinte.....	836
15.1.7	Lançamento.....	839
15.1.8	Visão geral do imposto.....	840
15.2	Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis – ITBI.....	840
15.2.1	Definição do Município competente para a cobrança.....	842
15.2.2	A imunidade nos eventos societários.....	842
15.2.3	Imunidade na transferência decorrente de reforma agrária.....	845

15.2.4	Fato gerador .....	846
15.2.5	Base de cálculo.....	847
15.2.6	Contribuinte.....	849
15.2.7	Lançamento.....	849
15.2.8	Visão geral do imposto.....	849
15.3	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS.....	850
15.3.1	Regime de alíquotas e concessão de benefícios do ISS.....	852
15.3.2	Isenção heterônoma nas exportações.....	856
15.3.3	Fato gerador .....	857
15.3.4	Sujeito ativo.....	857
15.3.5	Base de cálculo.....	860
15.3.6	Contribuinte.....	860
15.3.7	Lançamento.....	860
15.3.8	Visão geral do imposto.....	860
<b>16.</b>	<b>IVA DUAL: IMPOSTO SOBRE BENS E SERVIÇOS – IBS E CONTRIBUIÇÃO SOBRE BENS E SERVIÇOS – CBS.....</b>	<b>863</b>
16.1	Reforma Tributária e adoção do modelo de IVA dual.....	864
16.2	Identidade estrutural de IBS e CBS .....	866
16.3	Princípio da neutralidade.....	868
16.4	Disposições constitucionais comuns a CBS e IBS.....	869
16.4.1	Amplitude conceitual da expressão “bens e serviços”.....	869
16.4.2	Incidência nas importações.....	871
16.4.3	Imunidade nas exportações.....	872
16.4.4	Legislação nacional única e regime de alíquotas.....	872
16.4.4.1	Alíquotas de referência.....	873
16.4.5	Princípio da não cumulatividade.....	874
16.4.6	Adoção do sistema de crédito financeiro.....	876
16.4.7	Cálculo “por fora”.....	878
16.4.8	Restrição à concessão de benefícios fiscais.....	879
16.4.9	Regimes específicos de tributação.....	880
16.4.9.1	Combustíveis e lubrificantes .....	881

16.4.9.2	Serviços financeiros.....	883
16.4.9.3	Operações com bens imóveis.....	885
16.4.9.4	Planos de saúde.....	885
16.4.10	Regimes favorecidos de tributação.....	886
16.4.10.1	Redução de alíquota.....	887
16.4.10.2	Concessão de isenção e de crédito presumido.....	891
16.4.11	Imunidade na radiodifusão de recepção livre e gratuita .....	893
16.4.12	Sujeitos passivos .....	893
16.4.13	<i>Split payment</i> .....	894
16.4.14	Desoneração completa da aquisição de bens de capital .....	896
16.4.15	Uniformidade do tratamento dos regimes aduaneiros especiais e das zonas de processamento de exportação.....	899
16.4.16	Compras governamentais .....	900
16.4.17	Dupla oneração como requisito para uso de crédito .....	903
16.4.18	Adoção do mecanismo de <i>cashback</i> .....	904
16.5	A tributação pelo IBS “no destino”.....	905
16.6	Processo administrativo fiscal.....	909
16.7	Comitê gestor do IBS.....	910
16.7.1	Instauração, financiamento e composição.....	911
16.7.2	Competências .....	912
16.7.3	Deliberações.....	914
16.8	Regime jurídico de transição.....	915
16.8.1	Transição para o contribuinte .....	915
16.8.1.1	Implementação dos novos tributos.....	915
16.8.1.2	Extinção dos tributos substituídos .....	919
16.8.1.3	Marcos temporais na transição para o contribuinte.....	921
16.8.1.4	Aproveitamento dos saldos credores .....	921
16.8.2	Transição para os entes federados .....	922
16.8.2.1	Alíquotas de referência.....	923
16.8.2.2	Mecanismos de trava à carga tributária .....	925
16.8.2.3	Migração para o princípio do destino.....	929

16.8.2.4	Seguro-receita.....	932
16.8.3	Zona Franca de Manaus.....	933
<b>17.</b>	<b>REPARTIÇÃO CONSTITUCIONAL DE RECEITAS TRIBUTÁRIAS.....</b>	<b>935</b>
17.1	Noções gerais.....	935
17.2	Terminologia Adotada.....	936
17.3	Espécies de Repartição.....	937
17.4	Tributos cujas Receitas estão sujeitas À Repartição.....	938
17.5	Impostos cujas Receitas não são Repartidas.....	939
17.6	Casos de Repartição Direta Previstos na Constituição Federal de 1988.....	939
17.6.1	Repartição direta do IOF-Ouro com o Distrito Federal ou com os Estados e Municípios.....	939
17.6.2	Repartição direta de receitas da União com os Estados e o Distrito Federal.....	940
17.6.3	Repartição direta de receitas da União com os Municípios.....	942
17.6.4	Repartição direta de receitas dos Estados com os Municípios.....	943
17.7	Casos de Repartição Indireta Previstos na Constituição Federal de 1988....	951
17.7.1	Os fundos de participação e de incentivo ao setor produtivo do Norte, Nordeste e Centro-Oeste .....	952
17.7.2	O fundo de compensação à desoneração das exportações.....	957
17.8	Garantias de Repasse.....	959
17.9	O dever de repasse e as renúncias fiscais.....	960
<b>18.</b>	<b>O SIMPLES NACIONAL.....</b>	<b>963</b>
18.1	Considerações Iniciais .....	963
18.2	Conceito.....	966
18.3	Definição de Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP ...	967
18.4	As Condições de Enquadramento Diferenciado por Estado, DF ou município .....	970
18.5	Vedações à opção.....	971
18.5.1	Vedação plena.....	972
18.5.2	Vedação parcial .....	974
18.6	Opção pelo Regime.....	977

18.7	Exclusão do Regime .....	978
18.8	Tributos Incluídos na Sistemática.....	980
18.9	Tributos Não Incluídos na Sistemática .....	983
18.10	Tributos Sujeitos a Regras Específicas.....	988
18.10.1	O Imposto de Renda retido na fonte sobre rendimentos de aplicações financeiras.....	988
18.10.2	O Imposto de Renda sobre os rendimentos pagos aos sócios .....	988
18.10.3	O ISS retido na fonte .....	990
18.10.4	Abatimento da base de cálculo do ISS dos materiais fornecidos..	991
18.10.5	ISS e ICMS com valor fixo.....	991
18.10.6	Possibilidade de concessão unilateral de isenção ou redução da COFINS, PIS/PASEP e ICMS para produtos da cesta básica .....	992
18.10.7	Menor alíquota de IPTU para o Microempreendedor Individual – MEI .....	993
18.11	Tributação monofásica, substituição tributária e exportação.....	994
18.12	situações abrangidas por imunidade objetiva.....	995
18.13	Desoneração da aquisição de bens para o ativo imobilizado .....	997
18.14	Percentuais de Incidência e Repartição das Receitas.....	998
18.15	o microempreendedor individual – mei e a sistemática de recolhimento em valores fixos .....	1002
18.16	Obrigações Acessórias a Cargo do Optante .....	1005
18.17	Privilégio no cumprimento de novas obrigações .....	1007
18.18	Responsabilidade tributária solidária dos sócios na dissolução da sociedade.....	1008
18.19	Domicílio Fiscal Eletrônico.....	1009
18.20	Fiscalização Compartilhada.....	1010
18.21	Processo administrativo fiscal.....	1012
18.22	Processo Judicial.....	1013
18.23	Instâncias de gerência do simples nacional .....	1014
<b>19.</b>	<b>PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO E LIBERDADE ECONÔMICA.....</b>	<b>1017</b>
19.1	Elisão, evasão e elusão fiscais.....	1017
19.1.1	Elisão fiscal .....	1018

19.1.2 Evasão fiscal.....	1019
19.1.3 Elusão fiscal e abuso das formas.....	1021
19.2 Norma Geral Antielisão e Combate ao Abuso de Formas Jurídicas.....	1023
19.3 A Lei de Liberdade Econômica e sua mitigação perante o Direito Tributário .....	1027
19.3.1 Análise de Impacto Regulatório - AIR.....	1029
19.3.2 Detalhamento das exigências para desconsideração da personalidade jurídica.....	1031
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>1033</b>
<b>APÊNDICE .....</b>	<b>1037</b>